

O Brasil reforça sua fronteira com a Colômbia

Desde o século XIX, o perigo de conflito estava no sul

José Casado
de Brasília

Em silêncio, o Brasil está multiplicando o número de bases e tropas militares na Amazônia, com expressiva concentração na faixa de 1,6 mil quilômetros da fronteira com a Colômbia. Por causa do recrudescimento da guerra civil colombiana, o contingente militar na região amazônica já é o segundo maior do país, superado apenas pelo efetivo do Sul.

Cinco anos atrás, o Exército limitava-se a manter 11 mil homens espalhados pela linha de fronteira com sete países. Terminou agosto com 23 mil homens em estado de alerta perma-



Geraldo Quintão

nente, segundo o comando Militar da Amazônia, sediado em Manaus. Mais três mil serão enviados nos próximos meses, removidos de bases no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará.

A mudança do status militar da Amazônia, que as Forças Armadas de-

vem passar a reconhecer como área sob risco de conflito armado, é a principal novidade em um conjunto de documentos que o presidente Fernando Henrique Cardoso vai entregar ao sucessor eleito, na transição de governo.

Eles consolidam uma nova "Política e Estratégia Militar de Defesa". O texto encontra-se em aprovação no Exército, Marinha e Aeronáutica e no Ministério da Defesa.

O conteúdo marca o sepultamento de uma era, iniciada em 1870 na Guerra do Paraguai. Durante 132 anos, a premissa brasileira para um conflito foi sempre no Cone Sul, especialmente com a Argentina.

Essa hipótese de guerra na fronteira sul é coisa do passado, admitem o comandante do Exército, general Gleuber Vieira, e o ministro da Defesa, Geraldo Quintão. Agora o foco é Amazônia.

No Mercosul, o jogo é da diplomacia. Eles revelaram ao Congresso, semana passada, que o Brasil propôs à Argentina a integração dos sistemas de defesa. A idéia central é um acordo entre nações que dividem o mesmo espaço geopolítico.

Continua na página A-10

■ POLÍTICA

TRANSIÇÃO

O Brasil reforça sua fronteira com a...

A guerrilha colombiana está transformando a fronteira com o Brasil em área estratégica, de retaguarda

José Casado de Brasília

Continuação da página A-1

Os novos presidentes do Brasil e da Argentina —, a ser eleito no próximo ano —, é que irão decidir sobre essa proposta.

O reconhecimento da hipótese de conflito na Amazônia mudou a rotina nos quartéis da região. Mantém-se a expectativa de uma grande ofensiva militar nos próximos meses, do governo colombiano, contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), guerrilha que avança há três gerações e já domina 40% do país.

São múltiplos os reflexos do recrudescimento da guerra interna no vizinho do norte, desde o fim da trégua em fevereiro. Um deles é a previsão de aumento do êxodo de refugiados colombianos para a zona de fronteira Brasil-Peru. O governo brasileiro já alertou a Cruz Vermelha internacional para a eventualidade de um pedido de ajuda, caso se confirme a ampliação do conflito armado, o que considera inevitável no curto prazo.

Há, também seqüelas econômicas. Grandes empresas brasileiras estão em plena retirada da Colômbia. A Odebrecht, por exemplo, decidiu encerrar suas operações no país, onde chegou a acumular uma carteira de contratos de US\$ 600 milhões na construção civil, durante a última década. Dois anos atrás, o grupo amargou o seqüestro de nove empregados que construíam uma ferrovia. Pagou mais de US\$ 500 mil pelo resgate.

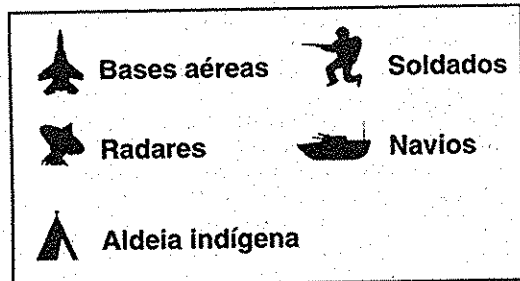
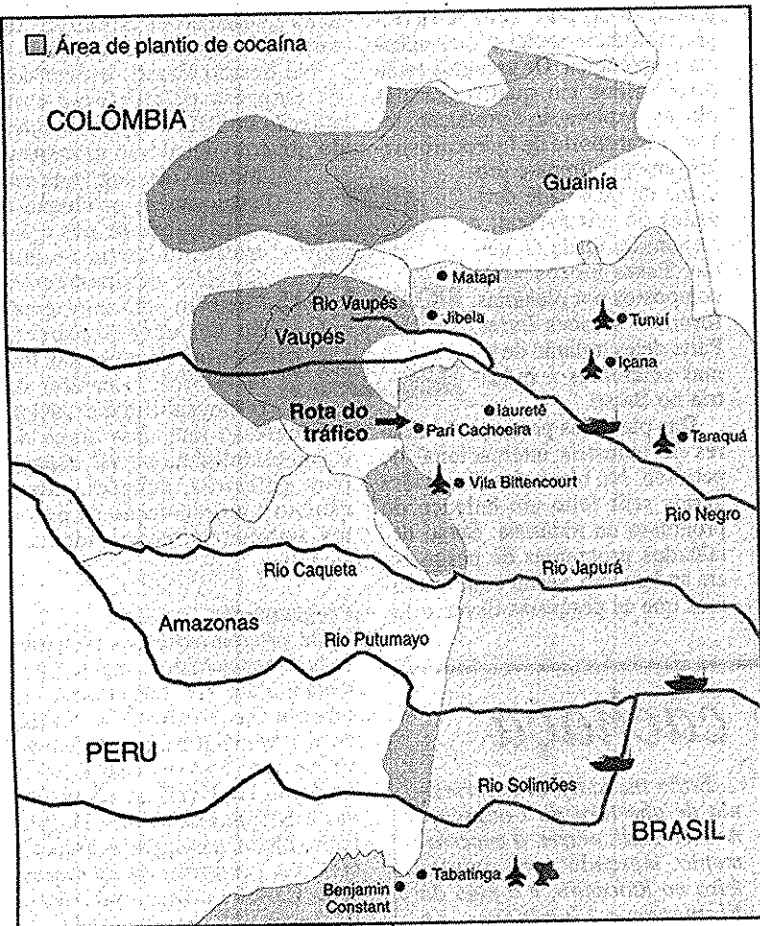
Para boa parte da cúpula militar brasileira, a guerrilha colombiana está transformando a fronteira com o Brasil em área estratégica, de retaguarda, com zonas de refúgio e de proteção às linhas de suprimento de comida, remédios e armas.

As Farc instituíram uma "Frente Amazônica", cujo efetivo é estimado em 300 homens. Eles acampam, geralmente, a cerca de 50 quilômetros da fronteira, dentro da selva. São responsáveis pela manutenção das rotas de abastecimento que ligam rios do Brasil aos corredores fluviais de Caquetá, Putumayo e Guaviare — áreas sob controle da guerrilha.

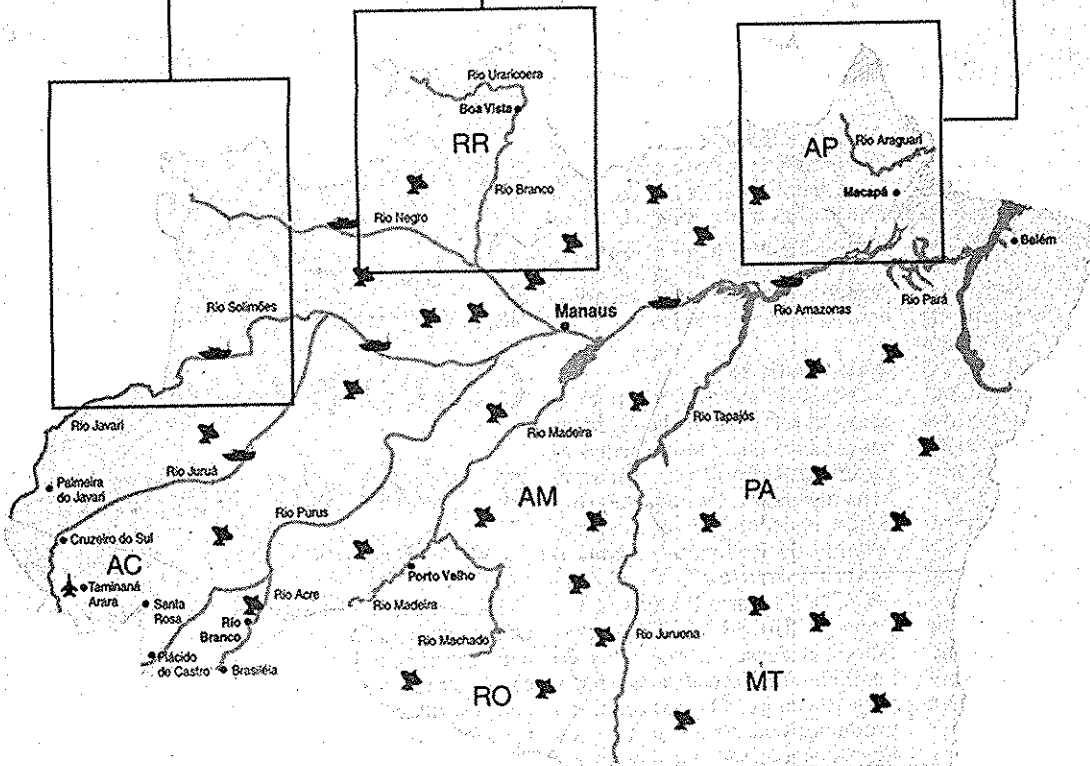
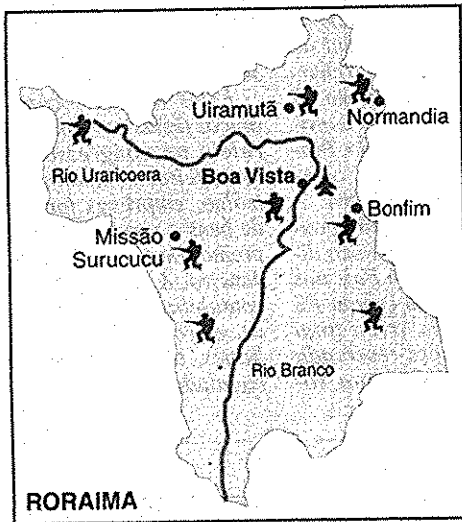
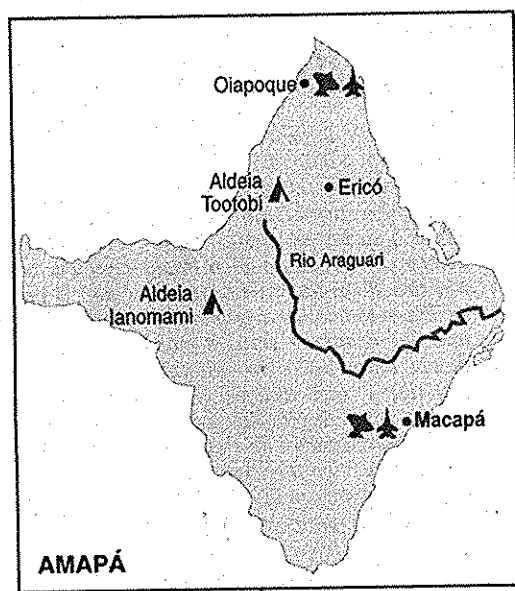
Com o fim da trégua, em fevereiro, houve uma intensificação das operações da guerrilha na Amazônia brasileira. Têm sido essencialmente pacíficas — ou ainda "sem combates", como define o comandante do Exército, Gleuber Vieira. Isso ocorre, principalmente, ao longo de um trecho de 800 quilômetros de floresta entre as bacias dos rios Negro e Solimões, que se encontram para formar o rio Amazonas, próximo a Manaus.

Nos mapas militares a capital amazônica é identificada como uma das áreas-chave de abastecimento de alimentos, medicamentos e armas da guerrilha.

Rio acima, navegando-se 1.037 quilômetros, está outro ponto relevante. É São Gabriel da Cachoeira — porta de entrada para a região



O recrudescimento da guerra civil na Colômbia, combinado com a expansão do narcotráfico, está provocando mudanças estruturais no sistema de defesa brasileiro para a Amazônia: o país concentra tropas no Comando Militar da Amazônia, está retomando o projeto militar Calha Norte, com 20 novos postos avançados de fronteira, vai instalar 32 bases de radares do Sivam, criar destacamentos móveis, reforçar patrulhas fluviais, além de ampliar bases aéreas e centros de treinamento de guerra na selva



fronteira conhecida como Cabeça do Cachorro. Quatro dias de barco depois, rumo ao norte e em linha reta no mapa, está outro área de suprimento: São Felipe, na divisa com a Venezuela.

Ao sul de Manaus, as rotas de logística das Farc abrangem Coari, Tefé e terminam em Tabatinga, situadas às margens do rio Solimões. Como o transporte de carga fluvial entre os portos de Manaus e de Tabatinga costuma demorar cerca de duas semanas, à vezes usam porões de barcos de passageiros. Como ocorreu quatro semanas atrás, quando a Polícia Federal encontrou uma carga de 700 quilos de explosivos escondida no porão do Nossa Senhora da Conquistadora II, que levava uma centena de pessoas para Tefé.

A vida na selva é dura para todos. O Exército ainda tem dificuldades para manter uma rede de suprimentos, vital ao constante movimento de tropas pelos 11,2 mil quilômetros da fronteira do Brasil com sete países amazônicos.

Uma boa dimensão dos obstáculos está na situação do batalhão de Cruzeiro do Sul, no norte do Acre. É a unidade militar encarregada de vigiar a zona fronteiriça à Colômbia e ao Peru, classificada de alto risco pela infiltração da guerrilha e do narcotráfico.

"O suprimento pesado leva 45 dias de balsa, pelo rio Juruá, até chegar ao batalhão", descreve o general Luiz Gonzaga Lessa, ex-chefe do Comando Militar da Amazônia. "Em tempo de paz leva-se até 90 dias de navegação, para completar o ciclo de abastecimento. Agora imagine a complicação disso em tempo de guerra".

A perspectiva de repercussões no Brasil do conflito colombiano já faz parte da paisagem nos gabinetes do governo e da cúpula das Forças Armadas, em Brasília.

Mas não se encontra neles quem acredite em uma saída militar única para a guerra civil, ao contrário do que sugeriu novo presidente da Colômbia, Álvaro Uribe em conversa com o presidente Fernando Henrique, no Palácio da Alvorada no início deste ano.

Uribe, 49 anos, é um homem de aparência franzina e gestos suaves. Advogado por formação virou político por instinto, depois que guerrilheiros assassinaram seu pai, na fazenda da família em Antioquia.

Cresceu na política a partir daí, aliado a todo tipo de adversários das Farc. Conquistou o governo de Antioquia, uma década depois do crime, de onde saltou para a presidência da República.

Sempre acusado de ligações com facções radicais de direita, é do tipo que não pede desculpas. Ganhou a eleição presidencial prometendo vitória em uma guerra definitiva às Farc. É o animador político do chamado Plano Colômbia, um projeto militar no qual os Estados Unidos investem US\$ 1,4 bilhão com o argumento de combate ao narcotráfico. Trata-se de um pacto de primeira grandeza. Deixou a Colômbia com status de aliado militar dos EUA equivalente a Israel.

Na selva e sem inimigo visível Ecos de uma guerra no vizinho

O centro da ação militar que o governo Uribe prepara deverá ser Putumayo, capital da guerrilha no sul do país. Ali disseminou-se o plantio de coca sobre terras já reconhecidas como de grande potencial petrolífero por empresas como Shell e Occidental, entre outras. Elas investiram pesado em prospecção na região e reafirmaram seu interesse de exploração quando apoiaram o lobby em Washington, pelo aval do Congresso norte-americano ao plano de ajuda militar à Colômbia.

Em Brasília considera-se que o plano de uma ofensiva maciça e definitiva tem remotas chances de êxito. A expectativa é de um longo e intenso processo de guerra de guerrilhas. Assim, Exército, Marinha e Aeronáutica tentam montar uma estrutura de "pronta resposta" às repercussões na fronteira, que julgam inevitáveis.

A escassez de dinheiro, até para comprar comida e munição nos quartéis do sul do país, tem sido parcialmente contornada por manobras orçamentárias. Foi o caso, por exemplo, da retomada dos investimentos federais a partir de maio no programa Calha Norte, criado no governo José Sarney com o objetivo de estimular o povoamento da fronteira amazônica.

A selva tropical está impondo mudanças radicais na formulação de estratégia de defesa no Brasil. Primeiro, porque não há um inimigo claramente visível — o que torna politicamente muito mais com-

plicado ampliar gastos militares em uma etapa de aguda crise econômica, como admite o ministro da Defesa, Geraldo Quintão.

Além disso, há a geografia difícil e pouco conhecida da Amazônia, parcialmente testada no início dos anos 70 pelas Forças Armadas, quando eliminaram um núcleo de guerrilha do Partido Comunista do Brasil, no vale do rio Araguaia.



Alvaro Uribe

Foi uma operação recheada de erros no princípio, entre os quais incluiu-se bombardeio com napalm. O êxito só começou com a compreensão de que a guerra de guerrilhas anula as diferenças tecnológicas, como ficou demonstrado no Vietnã e mais recentemente no Afeganistão — lembra o almirante Armando Vidigal, ministro do Superior Tribunal Militar.

A premissa agora é de que uma ação efetiva na fronteira amazônica

depende mais da capacidade de rapidez em uma resposta militar, do que na fixação de tropas em postos no meio da selva. "Ter capacidade de estar presente será mais importante do que a própria presença em qualquer lugar na fronteira", resume o comandante do Exército, Gleuber Vieira.

Na prática, significa uma guinada nas operações militares no norte do país. Parte já está em execução, como a operação de 75% do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), baseado em 32 radares e satélites, cujo alcance de imagens se estende até Bogotá.

Na passagem por Brasília, o presidente da Colômbia pediu acesso às informações recolhidas pelo Sivam sobre os movimentos das Farc. Não se conhece a resposta de Fernando Henrique a Uribe.

Sabe-se, no entanto, do desenvolvimento de projetos no Exército, Marinha e Aeronáutica para reforço imediato da infraestrutura de vigilância nos rios Negro, Xié, Içaná e nos vales do Javari e Solimões. São corredores básicos de suprimentos para as Farc, com cargas de cocaína no retorno.

A dimensão dos planos militares para a Amazônia vai depender da competência das Forças Armadas no jogo de pressões orçamentárias com o novo governo e o Congresso. Mas o ritmo da ação na selva será determinado pela cadência dos tambores da guerra colombiana.

Aquela terça-feira 26 de fevereiro, onze anos atrás, não sai da cabeça das chefias militares brasileiras. Por volta do meio dia, quatro dezenas de guerrilheiros em uniformes do Comando Simón Bolívar-Facção Força e Paz, das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC), atacaram um destacamento do Exército às margens do rio Traira, na fronteira com a Colômbia.

Estavam divididos em três grupos, ou escalões segundo o jargão militar. Parte ficou do outro lado do rio, dando apoio de fogo.

Os outros dois grupos de 17 soldados brasileiros. Mataram três e deixaram nove feridos. Saquearam o posto e desapareceram na mata. Desde aquela terça-feira, as Forças Armadas brasileiras se prepararam para deter na fronteira a guerrilha liderada por Manuel Marulanda, o Tirofijo.

Uma das consequências foi a ampliação do Centro de Instrução de Guerra na Selva, agora com quatro amplos quartéis em volta de Manaus. Ali treina-se resistência, depois da adaptação climática.

Resistir no dicionário local significa passar semanas andando um trecho à margem da Transamazônica, peso dobrado sobre

ombros, para aprender a "enxergar" movimentos atrás dos cipós e a sobreviver somente com a água e o variado cardápio que selva oferece — uchi, castanha de sapucaia, biribi, inga-açu, entre outras iguarias. Cada um funciona como uma unidade isolada de combate, mas integrada a uma força conjunta. Cada passo é seguido por um fiscal, exclusivo e permanente.

Um terço das tropas tem origem indígena. Têm intimidade com trilhas e línguas da miríade de povos da floresta, nem todos conhecidos. Na área de São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, contam-se mais 750 povoados indígenas, de 22 diferentes grupos étnicos. Esse município do Amazonas, a 850 quilômetros em linha reta a oeste Manaus, tem tamanho equivalente ao Espírito Santo. É o portal da Cabeça do Cachorro no trânsito de cocaína e heroína, moedas fortes das Farc na compra de armas.

Uma recomendação permanente durante o treinamento é a leitura intensiva. Algumas são induzidas, como os livros de Ho Chi Min, o líder inspirador dos métodos de combate em selva tropical que possibilitaram à rudimentar guerrilha comunista do Vietnã uma histórica vitória so-

bre a sofisticada tecnologia de guerra dos Estados Unidos. A resistência significa superar a selva. Na logística, por exemplo, usar bicicletas, como fazem os homens de Ho Chi Min. Ou montar búfalos, quando disponíveis, conforme a técnica desenvolvida pela polícia da ilha de Marajó. São úteis até porque dispensam o peso de uma carga de comida — ruminam o que houver pelo caminho.

O treino surpreende os novatos por demonstrar uma verdade sobre o combate na mata: o armamento não é fator decisivo. Pesam muito mais a adaptação à floresta, ao clima e a escolha do lugar propício para emboscada. Foi a fórmula vietnamita para vitória na longa guerra no trópico.

Desde aquela terça-feira, no fevereiro de 1991, incidentes entre militares brasileiros e guerrilheiros das Farc têm sido frequentes. Três anos atrás atacaram uma base nas cercanias de Vila Bittencourt, no Amazonas. Acabaram dispersados, sob fogo cruzado de soldados do Brasil e da Colômbia, nos dois lados da fronteira.

Com o fim da trégua colombiana, no último fevereiro, aumentaram as trocas de chumbo em aldeias indígenas, nos rios Apaporis e Solimões, na região de Tabatinga. São ecos de uma guerra no vizinho, cada dia menos distante.

(J.C.)

(J.C.)